

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Congresso resiste a propostas para infraestrutura	2
Título: Eletrobras obtém lucro de R\$ 2,82 bilhões	2
Título: Etanol volta a ser mais vantajoso do que gasolina no Rio após oito anos	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Fresta aberta	5
Título: 'É indesejável indicação política nas agências'	5
Título: Eletrobrás tem lucro de R\$ 2,8 bi no 2º trimestre	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Postos não repassam queda no preço do etanol	7
Título: Venda direta divide produtores	10
Título: Impostos contêm avanço das novas tecnologias	11
Título: Para as usinas, etanol é melhor do que açúcar	14
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Petrobras pode ficar com ações da Braskem	14
Título: 'Nova' Aneel tenta conter subvenção a fonte 'limpa'	17
Título: País precisa de Angra 3 e hidrelétrica, diz Pepitone	18
Título: Distribuidoras querem fim de contratos com térmicas a óleo	20
Título: Destaques	21
Título: Setor elétrico é grande aposta da Siemens	22
Título: Redução no endividamento da Light fica para 2019	24

Título: Tabela para frete custará R\$ 1 bilhão a siderúrgicas	25
Título: Bradespar e Litel ganham novo prazo na disputa com Elétron	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Congresso resiste a propostas para infraestrutura

Contexto

O governo vem enfrentando dificuldades para aprovar projetos da área de infraestrutura no Congresso. No caso das concessões problemáticas, a primeira solução defendida pela área econômica era editar uma medida provisória (MP) para que o prazo de investimentos pudesse ser estendido de cinco para 14 anos. A proposta, no entanto, não chegou a ser votada pelos parlamentares. Eles consideraram que a MP seria um benefício exagerado para empresas que descumpriram contratos.

No setor elétrico, a prioridade atual é a privatização de distribuidoras de energia da Eletrobras. Ela recebeu o sinal verde na Câmara, mas não tem data para ser votada no Senado. Também está parado o projeto que altera um contrato da União com a Petrobras sobre o pré-sal e abre caminho para um megaleilão de petróleo no qual o governo espera arrecadar até R\$ 100 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Joao Sorima Neto

Título: Eletrobras obtém lucro de R\$ 2,82 bilhões

NO 2º TRIMESTRE

A Eletrobras teve um lucro líquido de R\$ 2,832 bilhões no segundo trimestre, bem acima dos R\$ 344 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Segundo o balanço divulgado pela empresa, a receita bruta gerencial teve crescimento de 4%, para R\$9,616 bilhões. No primeiro semestre, o lucro líquido atingiu R\$ 2,888 bilhões, alta de 68% frente ao R\$ 1,722 bilhão em igual período de 2017.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Joao Sorima Neto****Título: Etanol volta a ser mais vantajoso do que gasolina no Rio após oito anos**

Queda do valor do açúcar no mercado internacional faz com que usinas optem por produzir mais álcool. Com isso, preço do combustível fica competitivo em todo o país, e vendas crescem

SÃO PAULO- Depois de oito anos, o etanol voltou a ser mais vantajoso no Rio de Janeiro. A última vez que isso tinha acontecido foi em outubro de 2010. A queda do preço do açúcar no mercado internacional está fazendo com que as usinas brasileiras produzam mais álcool do que açúcar, e o resultado é que as vendas do combustível cresceram, e o preço ficou mais competitivo que o da gasolina em todo o país.

A política de preços da Petrobras para a gasolina, alinhando os valores ao mercado internacional, e a alta do câmbio, que encareceram o combustível, também favoreceram o etanol.

Pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com dados compilados pela Unica, entidade que representa os produtores de cana de açúcar, mostra que a paridade média entre o preço dos combustíveis no Brasil está em 62%. O etanol fica mais competitivo quando seu valor é menor do que 70% do preço cobrado pela gasolina, já que o veículo abastecido com álcool gasta mais litros para percorrer a mesma distância.

— A safra 2018/2019 de cana será alcooleira. Tradicionalmente, o mix é de 45% para produção de açúcar e 55% para etanol. Mas, este ano, a indicação é que teremos 38% da safra destinados à produção de açúcar e 62% para etanol. Com maior oferta de etanol, está havendo uma redução de preço significativa — diz Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica.

MELHOR RELAÇÃO DA DÉCADA

Atualmente, é possível encontrar etanol com preço mais vantajoso em todos os estados. Calcula-se que, em 50% dos 42 mil postos de revenda de combustível no Brasil, o consumidor vai ter como alternativa o etanol mais competitivo do que a gasolina. A relação entre os preços dos dois combustíveis em seis estados — São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro — é a melhor da década. Estimativa da Unica mostra que o etanol está mais competitivo em mais de dois mil municípios do Brasil.

No Rio de Janeiro, o valor médio do litro da gasolina é de R\$ 4,93, e o do álcool, R\$ 3,37. A relação entre os dois preços está em 68,3%, o que dá vantagem ao álcool. Em São Paulo, a gasolina custa em média R\$ 4,50, enquanto o álcool vale R\$ 2,46, uma diferença de 58,3%. Em Goiás, a relação é de 60,2%, com o litro da gasolina custando R\$ 4,68 e o do álcool, R\$ 2,82. No Rio, o etanol costuma ser mais caro do que em outros estados por conta do ICMS mais elevado sobre o combustível. O imposto é de 25% no Rio, enquanto em Minas Gerais cai para 16% e em São Paulo é de 12%.

Para saber se é vantagem abastecer com etanol, o diretor de pesquisas econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), Miguel Ribeiro de Oliveira, explica que é preciso multiplicar o preço do litro da gasolina por 0,7. O resultado será o preço máximo que o etanol pode custar para valer a pena.

— O consumidor pode fazer essa conta no posto e decidir o combustível mais vantajoso — diz Oliveira.

ALTA DE 26% DESDE OUTUBRO

A alta do petróleo no mercado internacional e a valorização do câmbio fizeram a gasolina ficar mais cara no mercado interno. Desde outubro de 2016, quando o sistema de reajuste da gasolina seguindo o mercado internacional foi adotado pela estatal, o preço da gasolina nas refinarias saltou de R\$ 1,54 o litro para R\$ 1,94, uma alta de quase 26%. Já em relação ao etanol, no mesmo período, o preço ao produtor caiu de R\$ 1,57 para R\$ 1,39, baixa de 12%. Como há uma mistura de 27% de álcool anidro à gasolina, a queda do preço do etanol também ajuda a segurar o preço da gasolina.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), não foi apenas a recessão que fez o brasileiro comprar menos gasolina. A alta do preço do barril de petróleo Brent, que saltou de US\$ 30, em 2016, para mais de US\$ 70, atualmente, explica a maior procura pelo etanol:

— A gasolina ficou cara no mercado interno. As altas do câmbio e do petróleo, repassadas ao preço para o consumidor, estão fazendo o etanol tomar espaço da gasolina no país inteiro. É o mercado funcionando.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Fresta aberta

Direto da fonte ::

Consta que Renan Calheiros Filho, governador de Alagoas, conseguiu brecha ontem, durante conversa no Planalto com Temer e ministros, para que o Tesouro pague suposto débito da Companhia Energética de Alagoas. O governo federal tem dito que esse débito não existe mas Alagoas obteve liminar na Justiça suspendendo a venda da distribuidora da Eletrobrás, com base nessa dívida.

Fresta 2

Se Temer ceder e pagar aos alagoanos, fonte próxima à negociação acredita que a porta estará aberta para igual pedido dos outros cinco governadores de Estados cujas distribuidoras estão na lista das privatizáveis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: 'É indesejável indicação política nas agências'

Romeu Rufino, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica

Para Rufino, que deixou ontem o cargo na Aneel, se houver indicação, profissional tem de ser sabatinado e analisado

Depois de 21 anos de Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino deixou ontem o cargo que assumiu em 2013, de diretor-geral da agência reguladora. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, ele classifica como "indesejável" a eventual instituição de "viés político" na agência. Sobre sua proximidade com a ex-presidente Dilma Rousseff, que o conduziu à direção da agência, diz ser motivo de orgulho ter tido reconhecimento profissional por parte dela. "Mas nem ela nem eu passamos um milímetro do ponto da autonomia e respeito institucional." A seguir, trechos da entrevista.

O sr. sempre teve o nome associado à ex-presidente Dilma Rousseff, a quem são atribuídos os problemas do setor. O sr. concorda com isso?

Primeiro, não tenho nenhum problema, muito pelo contrário, de atribuir essa vinculação do meu nome à ex-presidente Dilma Rousseff. Não tenho atuação ou vinculação política. Minha origem e estágio atual é pela minha condição profissional e pelos méritos técnicos. Como ministra de Minas e Energia, e eu como superintendente da Aneel, acabou reconhecendo meu trabalho e meu potencial. Mas nem ela nem eu passamos um milímetro do ponto da autonomia e respeito institucional. Evidentemente com isso não estou dizendo que concordo e aprovo tudo o que foi feito. Mas é evidente que também não é justo e correto atribuir à presidente toda a responsabilidade pela MP 579/2012 (que antecipou a renovação das concessões de energia elétrica). Ela foi convertida em lei e o Congresso teve a oportunidade de analisar a matéria encaminhada na forma de medida provisória e poderia modificá-la ou rejeitá-la.

O governo Temer, mesmo de saída, indicará este ano todos os cinco diretores da Aneel. Isso prejudica a agência?

A coincidência do vencimento de mandatos é ruim. As agências foram concebidas para que não haja essa coincidência. A ideia de agência reguladora de Estado é que haja uma continuidade, uma estabilidade de regras e procedimentos. Nesse sentido, a concepção inicial da Aneel e das demais agências era que houvesse alternância e que, a cada ano, de preferência, vencesse o mandato de um diretor. Em relação às indicações políticas, é indesejável. É evidente que não estou questionando a legitimidade. Agora, o que se espera é que, sendo feita a indicação daquele profissional, que ele seja sabatinado, analisado e aprovado nos requisitos que tem de atender. Não é desejável uma apropriação do viés político. O projeto de lei que está em tramitação procura tornar mais robustos os critérios de escolha e seleção desses candidatos a diretor de agência. Esse processo não pode ser essencialmente político. Tem de ser técnico e profissional.

Qual o peso das indicações políticas na aprovação dos candidatos para as agências?

Hoje, na forma como está o processo decisório e político do governo de modo geral, de fato o Congresso tem força e preponderância nas decisões. Não estou dizendo que isso não seja legítimo, mas no modelo presidencialista que temos, era de se imaginar que o Poder Executivo tivesse uma posição mais forte e decisiva nesse processo. Eu, sinceramente, acho que essa lógica de ter representação política do Estado A ou B, do partido ou cacique político X ou Y, não faz muito sentido. O candidato a diretor tem de ter viabilidade política,

porque tem um processo político que acaba acontecendo, mas acho que deveria haver critérios menos políticos e mais técnicos para essa avaliação.

O sr. concorda que as tarifas de energia estão muito altas?

Certamente, não nos conforta ter a tarifa no patamar que está, muito menos no nível de reajuste que temos praticado nos últimos tempos, mas a Aneel, na hora de fazer o processo tarifário, tem de conformar o processo respeitando o arcabouço legal, regulatório e contratual existentes. Então, na hora em que está se tomando uma decisão de política do setor elétrico, é importante a Aneel contribuir. Não é a tarifa baixa a qualquer custo, não é a menor tarifa, é a tarifa módica, a tarifa justa. Se fazemos escolhas em um determinado momento, certamente isso vai repercutir, no momento seguinte, nas tarifas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobrás tem lucro de R\$ 2,8 bi no 2º trimestre

A Eletrobrás apresentou lucro líquido de R\$ 2,83 bilhões no segundo trimestre de 2018, expressivo crescimento ante os R\$ 344 milhões registrados no mesmo período de 2017, informou ontem a estatal em nota. A maior elétrica da América Latina afirmou que a receita bruta gerencial teve crescimento de 4,0%, para R\$ 9,6 bilhões no segundo trimestre. Em nota a estatal citou como destaques positivos a receita de CVA (custos não gerenciáveis) e outros componentes financeiros de R\$ 3,959 bilhões. Do lado negativo, estão as provisões e despesas com o Plano de Demissão Consensual de R\$ 24 milhões no trimestre, somando R\$ 296 milhões em 2018; e R\$ 1 bilhão em provisões para contingências. / REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni/Gabriel Ponte /Andressa Paulino

Título: Postos não repassam queda no preço do etanol

Com maior oferta de etanol no mercado, e a consequente redução dos preços, vale a pena trocar a gasolina pelo biocombustível na hora de abastecer o carro. No entanto, para que o preço permaneça vantajoso — de até 70% do cobrado pela gasolina, já que o álcool rende 30% menos no motor —, é preciso que os donos dos postos repassem a queda para os consumidores, o que nem sempre ocorre no Distrito Federal. Apesar de o álcool hidratado, que vai direto no tanque dos veículos, não ter a mesma política de reajuste dos derivados de

petróleo, cada vez que a Petrobras anuncia um aumento na gasolina, parte dos postos também eleva o preço do biocombustível.

Pesquisas feitas pelo Correio na segunda-feira e ontem apontam que os preços ao consumidor do álcool hidratado subiram de um dia para o outro sem justificativa. Diferentemente da gasolina, cujos reajustes dependem da variação do barril de petróleo no mercado internacional e da taxa de câmbio, o valor do etanol é determinado pela safra de cana-de-açúcar, que tem sido favorável.

De acordo com o presidente da Federação Nacional dos Plantadores de Cana (Fenapla), Alexandre Andrade Lima, em geral, 50% da colheita é usada na produção de açúcar, e 50% na de álcool. Neste ano, porém, 60% estão sendo direcionados ao etanol. “O preço do açúcar do mercado internacional está muito ruim, então há mais oferta de álcool, por isso o preço caiu”, explicou.

Essa queda chega aos postos, mas nem sempre é vista na bomba, porque vira lucro para os revendedores. O presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, admitiu que “pode estar ocorrendo recomposição de margem”. “Quando houve intervenção no setor (após a Operação Dubai, que identificou a prática de cartel), o Ministério Público e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) estipularam que a margem de lucro deveria ser, no máximo, de 15,85%. Hoje, está em 6% a 7%. Como os custos do setor são altos, o revendedor pode aumentar a margem do etanol para compensar”, explicou.

Cartel

Segundo Tavares, na segunda-feira, o preço do etanol na distribuidora era de 70% do da gasolina. Ontem, como a Petrobras promoveu mais um reajuste na refinaria, a relação caiu para 68%, o que deixou o produto ainda mais vantajoso. “Em Brasília, isso não é repassado para o consumidor porque há um cartel muito forte. Os revendedores preferem vender gasolina porque têm uma margem agregada maior. Por isso, aumentam o etanol até o limite de 70%”, ressaltou Lima, da Fenapla.

Procurado, o Cade ressaltou que monitora constantemente os mercados e apura eventuais indícios de infração à ordem econômica. “Nesse contexto, destacamos que há investigação em curso sobre cartel no setor de combustíveis no DF”, informou o órgão, em nota.

A despeito da manipulação contra os interesses do consumidor, o preço do etanol vem caindo. O levantamento do Correio, feito em 30 postos, apurou valor médio, ontem, de R\$ 3,07, numa variação de R\$ 2,90 a R\$ 3,49. Dos estabelecimentos pesquisados, cinco não comercializam etanol, 14 têm preço vantajoso, enquanto, em 11, o motorista deve optar pela gasolina. Nas

pesquisas anteriores, o valor médio do etanol era de R\$ 3,24, em 15 de junho, e de R\$ 3,09, em 31 de julho.

De acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgado na segunda-feira, o preço do etanol caiu em 17 estados, além do DF, na semana passada. Em média, o recuo foi de 0,99% no país. Apesar disso, a agência indica que é mais vantajoso optar pelo álcool apenas nos estados produtores: São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

Segundo o presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única), Antônio de Pádua, além de serem os maiores produtores, esses estados aplicam alíquotas mais baixas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao etanol. Em São Paulo, o preço médio ao consumidor é de R\$ 2,46. O valor é de R\$ 2,88 em Minas Gerais, de R\$ 2,59 em Mato Grosso, R\$ 2,69 no Paraná e de R\$ 2,82 em Goiás.

Apesar de o preço estar mais alto no DF do que em outras regiões do país, usar o biocombustível já vale a pena para os moradores de Brasília. O fiscal de produtos Arthur Gomes, 23 anos, passou a abastecer só com o etanol. “Além de ser um combustível mais limpo, está mais econômico do que a gasolina”, avaliou. Morador do Recanto das Emas, Gomes comentou que, muitas vezes, vai até cidades do Entorno para abastecer, já que, em Goiás, o etanol é mais barato. “Em Valparaíso, encontrei por R\$ 2,50. No fim do mês, consigo uma baita economia”, afirmou.

Márcio Rocha, 36, gerente de um posto do Setor de Indústrias Gráficas, disse que o estabelecimento nem trabalhava mais com o produto. “Como aumentou a demanda, voltamos a vender. Essa onda de etanol decorre do alto preço da gasolina e de um bom momento da safra de cana.”

** Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo*

- Alta nas refinarias

A Petrobras anunciou ontem um novo reajuste no preço da gasolina A, sem tributos, comercializada nas refinarias do país. A partir de hoje, o combustível será vendido com um acréscimo de 1,29%, passando de R\$ 1,9173 para

R\$ 1,9420 nas refinarias. As constantes alterações fazem parte da política de preços da petroleira, que oscila de acordo com a cotação da moeda norte-americana, além das oscilações do barril de petróleo no mercado

internacional. O valor médio do combustível vendido nos estabelecimentos do DF é de R\$ 4,35, oscilando entre R\$ 4,16 e R\$ 4,79.

VEÍCULO: Correio Braziliense
Seção: Economia
Autor: Simone Kafruni
Título: Venda direta divide produtores

Para que a queda no preço do etanol chegue até as bombas, uma das alternativas em estudo é a venda direta das usinas produtoras para os postos. A medida, em avaliação pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é defendida pela Federação Nacional dos Plantadores de Cana (Fenapla), com apoio dos sindicatos das usinas do Nordeste, e contestada pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única).

O presidente da Fenapla, Alexandre Andrade Lima, explicou que há cartelização na distribuição de etanol no país. “São apenas três grandes distribuidoras: Raizen, Ipiranga e Shell. A Única é contra porque defende a Raizen. Os outros setores ou estão neutros ou estão favoráveis à medida”, disse. Segundo ele, a principal vantagem é dar opção ao produtor e tirar um atravessador da cadeia. “Hoje, as usinas que têm obrigatoriedade de levar até a distribuidora, que pode ficar a 500 quilômetros de distância, só para bater a nota fiscal e voltar. Isso tem um custo. Além do mais, se tirar a distribuidora do processo, a margem dela também sai da conta. Vai baratear para o consumidor”, alegou.

Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis-DF, compartilha da mesma opinião. “A venda direta é positiva, mas não sei se eles vão conseguir passar isso”, avaliou. Segundo ele, a ANP soltou uma nota para que as distribuidoras passem a disponibilizar o preço de revenda para todos os seus clientes. “Isso porque elas dão desconto para alguns, prejudicando outros”, revelou.

O presidente da Única, Antônio de Pádua, explicou que a entidade é contra a venda direta porque as distribuidoras são responsáveis por recolher parte dos impostos. “Na venda direta, terá de haver uma alteração tributária. Alguém tem que pagar os tributos”, afirmou. Além disso, segundo ele, os produtores vendem volumes expressivos por mês, mais de 8 milhões de litros, e não podem vender para postos bandeirados. “Se tiver que entregar 5 mil metros cúbicos por posto, emitir de 2 mil a 3 mil notas fiscais, com vários caminhões espalhados por aí, vai aumentar toda a estrutura de risco para beneficiar 1% do mercado”, argumentou.

A ANP informou que realiza, até 6 de setembro, uma Tomada Pública de Contribuições (TPC) para coletar sugestões, dados e informações sobre eventual

elaboração de ato normativo estabelecendo novas regras para a comercialização de etanol combustível pelas usinas diretamente aos postos revendedores varejistas. “A agência só se pronunciará após essa análise”, disse. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Rodrigo Sauaia

Título: Impostos contêm avanço das novas tecnologias

São Paulo — O executivo Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), tem travado uma batalha em Brasília e nas sedes dos governos estaduais para tentar difundir o sistema de geração distribuída, modelo que consiste na produção própria de eletricidade em residências, empresas e indústrias. Atualmente, a energia solar representa menos de 1% da matriz elétrica brasileira, mas chegará a 10% em 2030, e a 32%, em 2040, segundo projeções da consultoria Bloomberg New Energy. Em entrevista, Sauaia afirma que o maior obstáculo para o setor é a elevada carga tributária. Confira os principais trechos da entrevista.

Em que estágio se encontra o setor de energia solar fotovoltaica no Brasil?

A energia fotovoltaica é uma tecnologia recente na matriz elétrica brasileira, mas com grandes oportunidades e que tem crescido nos últimos anos pelo forte interesse demonstrado pela população e também em razão do ganho de competitividade que essa tecnologia traz. A fonte está se tornando cada vez mais barata e acessível. Hoje, o Brasil tem menos de 1% da sua matriz elétrica atendida por energia solar fotovoltaica. Então, é uma tecnologia que ainda está em fase de inserção na nossa matriz.

Qual é o potencial dessa fonte?

Segundo estudo da Empresa de Pesquisa Energética, a fonte solar fotovoltaica poderá passar a representar aproximadamente 10% da matriz elétrica brasileira já em 2030. Isso mostra que, ao longo dos próximos anos, esse segmento deve crescer fortemente e a fonte solar fotovoltaica estará cada vez mais presente no dia a dia das pessoas.

Na comparação com países desenvolvidos, o Brasil está bem posicionado nesse mercado?

Quando a gente compara a posição do Brasil com a de outros países, ainda temos muito a fazer. O país está mais ou menos 15 anos atrasado em comparação com as nações líderes em energia solar fotovoltaica. É interessante notar que o Brasil, por outro lado, tem um dos maiores potenciais de energia

solar fotovoltaica do mundo, porque tem índices de irradiação solar superiores à média mundial, além da área territorial vasta, e continental, e que pode ser bem aproveitada para gerar energia renovável, limpa e de baixo impacto ambiental por meio do sol.

Qual é a posição do Brasil nesse ranking?

O Brasil, hoje, está entre o 25º e 30º lugar no ranking mundial de potência acumulada em energia solar fotovoltaica. Esse ranking é liderado por países como China, seguida de Estados Unidos, Japão, Alemanha e Itália. A Índia também está bem colocada. Quando a gente olha para quantidade, a potência, aí o Brasil aparece no top ten. Mas ainda estamos atrasados. Precisamos de ações efetivas por parte do governo federal, governos estaduais e municípios, para acelerar o desenvolvimento dessa tecnologia, já que o Brasil tem condições de ser uma liderança mundial em energia solar fotovoltaica, como já é em outras fontes renováveis como hídrica, eólica e biomassa.

Quais são os maiores entraves, para o setor?

Um de nossos grandes desafios está na carga tributária, a tributação desigual, desequilibrada e injusta sobre a energia solar fotovoltaica. Os tributos que incidem sobre os equipamentos e insumos produtivos são muito elevados. Isso faz com que a energia solar fotovoltaica chegue à população a um preço mais elevado do que poderia chegar. Então, é muito importante que o governo realize uma correção na carga tributária. Outro ponto é o financiamento para as famílias e empresas que querem investir na geração de energia solar fotovoltaica nos telhados de residências, comércios e indústrias, e também linhas de financiamento para que o poder público possa inserir essa tecnologia nas suas edificações, como escolas, hospitais, postos de saúde, entre outros. Existem poucas linhas disponíveis em condições competitivas e isso é fundamental.

As boas perspectivas de desenvolvimento de carros elétricos têm ajudado a incentivar investimentos em energia solar?

A energia solar fotovoltaica tem muita sinergia com novas tecnologias e inovações. Então, sim, carros elétricos e o armazenamento de energia em baterias cada vez mais eficientes e baratas são fatores que têm boa sinergia e conversam muito bem com a fonte solar fotovoltaica.

Por que ainda existem poucos fabricantes de placas e equipamentos voltados à geração de energia fotovoltaica no Brasil?

O Brasil tem cerca de 30 fabricantes de equipamentos de energia solar fotovoltaica, o que não é pouco. Na produção de módulos fotovoltaicos, já atuam sete fornecedores instalados no país. O setor gera milhares de empregos e paga milhões em impostos.

A recente valorização do dólar não prejudica a importação, já que encarece os custos dessa operação?

A variação cambial afeta o preço dos equipamentos fotovoltaicos e também os fabricantes com unidades no Brasil que comprem insumos no mercado internacional. No entanto, a energia solar fotovoltaica tem também reduzido o preço de seus equipamentos de forma bastante contundente. Na última década, reduzimos mais ou menos entre 70% e 80% o preço dos equipamentos fotovoltaicos. É claro que questão cambial afeta os negócios, mas a tecnologia continua avançando para reduzir os seus preços, seus custos, e tornar essa energia mais democrática e acessível para a população.

Qual segmento tem puxado mais o setor, o empresarial ou o residencial?

O crescimento tem sido equilibrado entre todos os segmentos. O setor residencial responde por cerca de 38% do mercado, enquanto estabelecimentos comerciais representam 44%. As indústrias ficam com 9% dos negócios, à frente da atividade rural, com 6%.

Quais são os números mais recentes de investimento no setor e quais são as perspectivas para os próximos anos?

Seguramente ainda é preciso um envolvimento mais presente do governo federal e também de estados e municípios por meio de programas e políticas de incentivo. Nós estamos 15 anos atrasados, como eu já havia mencionado. A fonte solar fotovoltaica ainda representa menos de 1% da matriz elétrica brasileira, ou seja, de fato, há muito a ser feito, e o governo precisa ter papel mais presente no desenvolvimento dessa tecnologia.

Falta uma política de estado mais agressiva para incentivar a energia solar?

Os municípios também podem fazer sua parte e um bom exemplo disso está em Palmas, no Tocantins, a primeira capital brasileira a desenvolver um programa solar fotovoltaico, e que tem trazido resultados positivos para o uso dessa tecnologia graças aos incentivos oferecidos pelos entes públicos.

Superadas as incertezas eleitorais, os investimentos tendem a crescer?

A questão eleitoral é meramente conjuntural. É cedo para dizer como isso vai afetar as empresas. O que posso dizer é que o setor solar fotovoltaico tem crescido ao longo deste ano mesmo com o Brasil mergulhado no processo eleitoral. Isso é natural. O segmento é muito puxado pela própria conjuntura que o Brasil vive, não na área política, mas na área econômica. O que isso significa? As tarifas de energia elétrica têm subido de forma consistente e isso tem afetado a vida de milhões de brasileiros. Apesar de a inflação média do país estar em torno de 3%, o aumento das tarifas de energia elétrica foi de impressionantes 10%. Isso pesou no bolso do consumidor. Como resultado, as famílias buscaram alternativa, especialmente reduzir os gastos com energia elétrica. Em 2018, o reajuste das tarifas de energia elétrica deverá ficar entre

10% e 15%, percentuais nada desprezíveis, que vão pesar mais uma vez no bolso do consumidor

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Para as usinas, etanol é melhor do que açúcar

O açúcar está na mira dos consumidores da nova era. Como ele é o vilão de inúmeros problemas de saúde, as companhias de alimentos e bebidas estão reduzindo o uso da commodity em seus produtos e apostando em itens mais saudáveis. Resultado: a cotação do açúcar acumula perda de mais de 30% em 2018, chegando ao menor nível na Bolsa de Nova York em três anos. Se isso é péssima notícia para os produtores, para os motoristas pode representar vantagem. Pela lógica do mercado, o declínio deve ajudar a reduzir os preços dos combustíveis. Em vez de produzir alimentos, as usinas (foto) deverão priorizar o etanol, segundo a americana Judith Ganes, chefe da área de commodities da consultoria J. Ganes Consulting, uma das maiores especialistas do mundo na indústria da cana. O sumiço do açúcar também deu lugar a outro tipo de artigo. “A popularização dos adoçantes se tornou o novo fenômeno do setor de alimentos”, diz a especialista

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Romero

Título: Petrobras pode ficar com ações da Braskem

Mesmo tendo incluído em seu plano de desinvestimento a participação acionária que detém na Braskem, a Petrobras pode permanecer como acionista da empresa após a possível compra do controle pela gigante holandesa LyondellBasell. A estatal pode também deixar para vender suas ações num segundo momento, após a conclusão de duas etapas capazes de valorizar o ativo em questão: a transformação da Braskem numa "corporation", isto é, numa empresa de capital pulverizado, sem acionistas controladores; e a negociação do novo contrato de fornecimento de nafta e outros insumos, uma vez que o atual expira em 2020.

A decisão da Petrobras de sair ou ficar no capital da Braskem ainda não foi tomada, o assunto nem sequer foi debatido oficialmente pela diretoria e pelo conselho de administração. Ainda vale, portanto, o que está dito no plano de desinvestimento. O ativo foi incluído no plano por uma razão muito simples: a

estatal endividou-se além da medida durante os anos ufanistas de Dilma Rousseff, que planejava fazer dela a empresa com o maior orçamento de investimento do mundo, e agora precisa se desfazer de vários negócios para diminuir o endividamento.

No biênio 2017-2018, a meta da Petrobras é obter US\$ 21 bilhões (cerca de R\$ 81 bilhões) com a venda de ativos. Na área petroquímica, a estatal já havia concluído, em maio, a transferência ao grupo mexicano Alpek, por US\$ 435 milhões, de 100% das ações que detinha na Companhia Petroquímica de Pernambuco e na Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco, ambas localizadas no Complexo Industrial de Suape. A Braskem é um ativo muito mais relevante, vale hoje cerca de R\$ 50 bilhões, mas a decisão sobre a possível venda depende da avaliação de várias questões.

Estatual pode vender participação após valorização do ativo

Maior acionista da Braskem, o grupo Odebrecht fechou acordo de exclusividade para uma possível venda do controle à LyondellBasell. A Petrobras não participa das negociações, mas, graças ao atual acordo de acionistas, tem três opções: comprar as ações oferecidas pela Odebrecht à multinacional holandesa; obter as mesmas vantagens negociadas pelo grupo brasileiro nas conversas com a LyondellBasell; aguardar a OPA (sigla de Oferta Pública de Aquisição), processo por meio do qual novos controladores fecham o capital das empresas que adquirem.

Neste momento, dois grupos trabalham na Petrobras sobre o tema Braskem. Um analisa a operação de venda do controle à LyondellBasell, e o outro, o posicionamento estratégico da estatal na área petroquímica. A discussão não tem caráter ideológico, embora no meio político - registre-se: à esquerda e à direita - e dentro da companhia afirme-se que sim - a venda da fatia da Petrobras numa empresa controlada por um grupo privado seria uma forma de "entreguismo" do patrimônio "público" e nacional ao capital estrangeiro.

A rigor, o status atual não é nada favorável à Petrobras. Quem manda na Braskem é a Odebrecht. A empresa, além de seu controlador, se envolveu em malfeitorias investigadas pela Operação Lava-Jato e o penúltimo contrato de fornecimento de nafta - pela estatal à petroquímica - envolveu o pagamento de propina. Além disso, o acordo de acionistas não dá liquidez à participação da Petrobras, de 36,1%, no capital da Braskem.

O segredo para os três atores envolvidos no assunto é o contrato de fornecimento de matéria-prima. Assim que começaram a negociar a compra do controle, representantes da LyondellBasell procuraram a Petrobras para tratar dos termos desse contrato. Não foram recebidos. Interessada em valorizar seu

ativo, uma vez que sua situação financeira se deteriorou muito desde o início da Lava-Jato, a Odebrecht pressionou a diretoria da Petrobras, também em vão, a renegociar o contrato de matéria-prima, na esperança de que isso ajudasse a valorizar a petroquímica.

Para a estatal, essa negociação só faz sentido depois que Lyondell e Odebrecht concluírem o acordo de venda - segundo apurou esta coluna, uma fase delicada da operação, a "due dilligence", quando auditores vasculham as contas de uma empresa em busca de esqueletos e que tais, está indo bem. Futuras conversas sobre os termos de um novo contrato de fornecimento de insumos serão feitas entre Petrobras e Braskem, e não com a LyondellBasell. O novo contrato será, evidentemente, fundamental para a definição do valor da fatia da estatal na companhia. No fundo, a Petrobras trabalha, nessa operação, para valorizar o ativo e, no caso de confirmação da venda, obter na sua parte bem mais do que está previsto neste momento. Liquidez também é o nome do jogo.

O debate sobre se a Petrobras deve ou não investir em petroquímica é antigo. Grosso modo, faz sentido investir, uma vez que a atividade petroquímica agrega valor ao petróleo retirado pela estatal das camadas pós e pré-sal. Especialistas explicam que a correlação entre valor de mercado e preço do óleo tipo Brent é desfavorável à Petrobras. Em tese, dada a maior rentabilidade da petroquímica, manter o negócio amenizaria os ciclos - como o atual - em que essa correlação se torna mais desafiadora. Há ainda o argumento de que deixar tudo como está ajuda na integração das cadeias, uma vez que, por exemplo, o gás produzido pela companhia é usado na petroquímica.

Está claro que a presença nesse segmento é um bom negócio em alguns ciclos, mas não é certo que vá ser algo permanentemente bom para a petrolífera. A Petrobras é reconhecidamente campeã na exploração de óleo em águas profundas. Seu desafio é tirar cada vez mais petróleo do fundo do mar, ao menor custo possível e, desta forma, competir no mercado mundial, dominado por gigantes.

Nos anos de ufanismo, a estatal se meteu onde não devia e o resultado está aí: corrupção em níveis nunca vistos, prejuízos bilionários em série, mazelas que por pouco não a levaram à breca. O megaescândalo deixou uma lição: desconfie toda vez que um nacionalista bater no peito e gritar "o petróleo é nosso". É?

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras.

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Especial**Autor:** Daniel Rittner | De Brasília**Título:** 'Nova' Aneel tenta conter subvenção a fonte 'limpa'

O novo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone da Nóbrega, aponta um desafio para o mandato de quatro anos que assume hoje à frente do órgão regulador: conter a escalada de subsídios jogados nas costas dos consumidores e responsável, em boa parte, pelo aumento de tarifas nos últimos anos.

E o principal alvo na mira de Pepitone já foi escolhido: as subvenções dadas para geradores e consumidores de fontes incentivadas de energia (basicamente eólica e solar). Esses incentivos já representam praticamente metade de todas as despesas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o "superfundo" que banca subsídios do setor, cujo orçamento para este ano foi revisado na semana passada e chega a estratosféricos R\$ 19,7 bilhões.

Os recursos da CDE para dar mais competitividade à energia eólica e solar deram um salto em pouco tempo. Eram R\$ 4 bilhões em 2013 e vão atingir R\$ 8,7 bilhões neste ano. Sem nenhuma perspectiva de controle e com tudo indo parar nas contas de luz.

Grosso modo, cada bilhão adicional de despesa da CDE se reflete em aumento perto de um ponto percentual para os consumidores finais, numa dinâmica perversa que fez as tarifas subirem.

O novo chefe da Aneel, que toma posse hoje à tarde em cerimônia no **Ministério de Minas e Energia (MME)**, adverte: a lei não estabelece prazo final para a concessão dos incentivos e o valor deve aumentar ainda mais com a tendência de ampliação do mercado livre. "Se não fizermos nada, [os subsídios] vão continuar crescendo", disse Pepitone ao **Valor**.

Engenheiro civil de 44 anos, formado pela Universidade de Brasília (UnB), funcionário de carreira da Aneel e diretor por dois mandatos consecutivos, ele agora substitui Romeu Rufino no comando da agência e se torna o rosto mais visível de um novo grupo de reguladores. "O maior desafio para a nova composição da diretoria colegiada são as tarifas cobradas dos consumidores."

Dois diretores assumiram no fim de maio. Outros dois, incluindo Pepitone, iniciam seus mandatos hoje. Fica faltando uma troca na cúpula da agência - o que deve ocorrer neste ano.

Para ele, a questão dos subsídios é fundamental. "Estamos em um momento de fazer essa reflexão com a sociedade. O desconto [para fontes incentivadas] é uma política pública assegurada em lei. Será que não é o momento de discutir com o Congresso Nacional se esse subsídio ainda se faz necessário?", questionou, na véspera de sua posse.

"Temos que pensar na justeza do subsídio. Em um momento inicial, ele pode se mostrar realmente necessário, mas será o caso para fontes que já estão consagradas na matriz?", acrescenta o novo diretor-geral. Em sua análise, propostas de solução como repassar a conta para o Tesouro Nacional são falsas, porque no fim "sai tudo do mesmo bolso".

Parece redundância, mas trata-se de uma alusão à MP 579, a polêmica medida provisória assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 11 de setembro de 2012 - dia que é chamado ironicamente de "11 de setembro do setor elétrico" pelos investidores devido à extensão dos

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: País precisa de Angra 3 e hidrelétrica, diz Pepitone

A retomada dos leilões de grandes hidrelétricas com reservatórios e a conclusão da usina nuclear de Angra 3 fazem parte da lista de iniciativas que o novo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, defende para o setor.

Há mais de cinco anos o governo não licita uma hidrelétrica de grande porte e, desde que o Ibama arquivou o licenciamento ambiental da megausina de São Luiz do Tapajós (PA), em 2016, nenhum outro projeto magnitude próxima foi tirado da prateleira para discussão. Já as obras de Angra 3 pararam em meio ao escândalo de corrupção revelado pela Lava-Jato, que atingiu em cheio as empreiteiras contratadas pela Eletronuclear e colocaram na cadeia o então presidente da estatal, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

"O país precisa de hidrelétricas com reservatórios de acumulação, não só usinas a fio d'água", afirma Pepitone. "Para termos uma política de preços equilibrada, alinhada a uma preocupação sobre sustentabilidade, a fonte hidráulica emerge como opção da qual não podemos prescindir."

Ele lembra que, depois do racionamento de energia em 2001, o país foi bem-sucedido na tarefa de diversificar sua matriz elétrica e ficar menos dependente da hidrologia. A participação das hidrelétricas, em torno de 90% do total de

megawatts produzidos na época, diminuiu para cerca de 65%. Nos últimos anos, houve crescimento acelerado de parques eólicos e o nascimento da energia fotovoltaica como alternativa competitiva, mas ambas são intermitentes.

"A ascensão de outras fontes faz aparecer desafios adicionais", diz o diretor-geral. "Voltamos à necessidade de ter usinas na base e de implantação de grandes aproveitamentos de geração hídrica. Não investir nesse recurso pode tornar a operação [do sistema] cada vez mais complexa e cara. Não conseguiremos sustentar o crescimento do país lastreados em fontes intermitentes", afirma.

Ao contrário de muitas autoridades, que fazem críticas às autarquias ambientais e órgãos de controle, Pepitone evita polemizar. Acredita que instituições como Ibama e Ministério Público apenas cumprem seus papéis institucionais. "Mas, se por um lado há questões relacionadas aos impactos socioambientais, por outro o processo decisório sobre a implantação dos projetos hidrelétricos evoluiu sensivelmente."

Para ele, cabe à Aneel estimular discussões mais aprofundadas não só na fase do licenciamento de grandes obras, mas já adiantar-se na etapa do inventário, quando se define em quais regiões um aproveitamento faz sentido ou não. Quanto à Tapajós, acredita que a discussão "merece ser enfrentada". "Se prescindirmos dela, precisaremos de megawatts vindos de outras fontes."

O valor atualizado da tarifa prevista para Angra 3, que é de R\$ 243 por megawatt-hora, não seria suficiente para dar viabilidade ao projeto de 1.405 MW de potência. Com 67% de execução, ela precisaria de mais R\$ 17 bilhões para ser concluída, mas Pepitone avalia que ainda vale a pena. "Chegamos a um estágio tal que fica difícil voltar atrás. Temos que criar as condições para a retomada de Angra 3. Até para evitar o desperdício de recursos públicos já investidos", argumenta.

No caso de um aumento para o patamar de R\$ 500 por MWh, a Aneel já fez estimativas de que poderia haver impacto próximo de um ponto nas contas de luz.

Segundo ele, outras alternativas para ampliar a geração requerem cuidado. Térmicas a carvão são mais poluentes e o Brasil teria que importar o insumo para rodar futuras usinas. "Angra 3 colabora para a segurança energética nacional e só a manutenção da obra parada resulta em custo de dezenas de milhões de reais por ano."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Especial****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Distribuidoras querem fim de contratos com térmicas a óleo**

A discussão sobre a substituição de usinas termelétricas a óleo combustível no Nordeste, mais caras e poluentes, por outras fontes de energia ganhou um reforço. As distribuidoras de energia propõem a rescisão antecipada e amigável dos contratos com essas térmicas e a aquisição de um montante de energia a um preço mais baixo para o consumidor.

"Essas térmicas estão contratadas por disponibilidade pelas distribuidoras. Então você poderia buscar uma forma negociada de encerramento desses contratos, respeitando a segurança jurídica, respeitando o contrato como um ato jurídico perfeito, mas substituindo essa energia, por uma fonte mais barata", disse o presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite.

Segundo ele, as térmicas a óleo combustível possuem cerca de 3.500 megawatts (MW) de capacidade instalada. "Se for analisar por montante de energia, elas significam um percentual pequeno na quantidade de energia do Brasil. Mas, como o preço delas é tão alto, quando são operadas, elas causam um impacto danado. Elas custam cinco vezes mais", completou Leite.

Para o executivo, os próprios empreendedores dessas térmicas estariam dispostos a negociar uma rescisão, porque as usinas foram contratadas para funcionar como uma reserva, porém são acionadas continuamente. "Eles também têm interesse em desfazer esses contratos, desde que seja uma negociação aceitável por todas as partes", afirmou.

A proposta do presidente da Abradee é fazer um leilão específico para negociar o montante de energia proporcional ao que será descontratado das térmicas. "Ao descontratar [as térmicas], haverá um espaço no portfólio de contratos das distribuidoras e pode ser feito um leilão específico para repor esse bloco", diz Leite.

A discussão sobre o tema teve início com uma proposta da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), de contratar usinas a gás natural no Nordeste, em substituição às a óleo combustível. Segundo estudo feito pela Thymos Energia a pedido da entidade, se as usinas a óleo tivessem sido trocadas por novas unidades acionadas a gás natural, entre 2012 e 2015, o consumidor teria obtido economia de R\$ 6 bilhões por ano.

A proposta da Abraget chegou a ser apresentada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em reunião no **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Na ocasião, porém, foi decidida a realização de estudos prévios e mais aprofundados sobre a real necessidade de implantação de usinas no Nordeste. A preocupação do governo é com o risco de fazer uma nova contratação de forma ineficiente, sem ter estudado o assunto com o tempo necessário.

O MME informou ao **Valor** que o assunto foi apresentado e discutido em reunião da Comissão Especial dos Leilões de Energia Elétrica (Celee), em 25 de julho.

Questionado sobre a possibilidade de contratação de térmicas a gás natural, Leite explicou que a fonte traria um benefício econômico, mas seria importante eliminar riscos com relação ao custo e à disponibilidade do gás.

"Se forem substituídas térmicas a óleo por outras movidas a gás, já haverá um benefício. Mas não estou dizendo que necessariamente teria que ser contratado por gás. É preciso ver a questão de contratos de gás. Isso também traz risco, uma incerteza", disse o presidente da Abradee.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletrobras no azul

A Eletrobras obteve lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 2,82 bilhões no segundo trimestre, alta de 822,3% em relação ao resultado positivo de R\$ 305,6 milhões entre abril e junho de 2017. A receita líquida subiu 35,12% no trimestre, a R\$ 12,3 bilhões. Entre os destaques positivos, as despesas gerais e administrativas caíram 13,65% no trimestre, para R\$ 3,5 bilhão. O resultado financeiro negativo somou R\$ 552,9 milhões, melhora em comparação com as perdas de R\$ 1,7 bilhão registradas no ano passado. Isso foi possível pelo aumento de 200,6% das receitas financeiras, para R\$ 3,8 bilhões, mesmo com alta de 46,4% nas despesas financeiras, para R\$ 4,4 bilhões. Em sumário executivo do resultado disponibilizado nas demonstrações, a Eletrobras destacou que teve receita com a parcela A da tarifa de R\$ 4 bilhões no trimestre, impactada pelo reconhecimento do ativo tarifário de R\$ 3,8 bilhões. A companhia teve ainda reversão da provisão da taxa de fiscalização de recursos hídricos de R\$ 1,3 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás e Camila Maia | De São Paulo****Título: Setor elétrico é grande aposta da Siemens**

Nem mesmo a turbulência política e a incerteza quanto ao resultado das eleições presidenciais no Brasil - que ajudaram a frear vários segmentos da economia - fazem com que a Siemens duvide das perspectivas do setor mais importante para o grupo no país: o de energia.

Em entrevista ao **Valor**, André Clark, presidente da unidade brasileira do grupo, disse que o ambiente regulatório, o aumento da concorrência e as discussões sobre mudanças na matriz energética criam um ambiente benéfico para o setor no longo prazo, que "transcende" o resultado eleitoral, em suas palavras.

"Essas questões não são tão afetadas por uma eleição pontual. Vemos empresas do setor elétrico mudando de mãos, novos concorrentes no pré-sal, ou seja, toda a discussão de energia no país transcende um período eleitoral", comenta. "A própria Siemens tem um projeto de energia térmica no porto do Açu, que é algo para um horizonte de 30 anos. Mas outras fabricantes, ou até mesmo nossos clientes, têm uma visão parecida."

O bom momento em termos de projetos e injeção de capital esperados é essencial para o grupo por aqui, já que energia é responsável por cerca de 70% da receita no país. A representatividade mostra o quanto o setor é relevante para o conglomerado, dado que no balanço mundial a fatia é de 40%.

A Siemens vê grandes oportunidades para conseguir negócios em geração, transmissão e distribuição de energia. No porto do Açu, é sócia da Prumo no projeto da termelétrica que terá cerca de 1,3 gigawatt (GW) de potência e vai movimentar a indústria de gás natural liquefeito (GNL) no país.

Nas fontes renováveis, como eólica e solar, o objetivo da companhia é fornecer os equipamentos, mas sem investir diretamente nos projetos. "É um mercado competitivo", diz Clark, destacando que a tecnologia tem um papel importante para deixar os projetos mais eficientes.

Para o executivo, uma prova de que o cenário é positivo e que houve mudanças em relação ao passado recente é a discussão conjunta entre o setor elétrico e outros dois historicamente afastados, o automotivo e o de petróleo. A chegada das diferentes possibilidades da mobilidade elétrica por aqui fizeram com que o novo modelo de consumo fosse debatido entre essas áreas, diz.

"A conversa das empresas elétricas com as de petróleo era reduzida e não havia diálogo com o setor automotivo. Agora se vê uma mistura, petróleo com elétricas, discutindo energias renováveis, por exemplo, as empresas de energia pensando em soluções de transporte", afirma. "E no Brasil o etanol ainda pode ter poder de transformação."

No setor de óleo e gás, a aposta da Siemens é grande também na necessidade de geração de energia para a cadeia de produção que deve se desenvolver. "O Brasil rapidamente vai aumentar a produção de energia por termelétricas, até por conta do gás associado ao pré-sal", explica Clark.

Enquanto, no mundo, os negócios do setor de energia e gás da companhia tiveram redução no faturamento no último trimestre, a expectativa para o Brasil é de crescimento. "Estamos usando GNL na costa, temos a volta da exploração do pré-sal. O mercado da indústria offshore deve crescer, e as plataformas precisam gerar sua própria energia", diz. Com isso, o potencial número de clientes para a Siemens na área "se multiplicou."

O balanço da Siemens mostra que até o terceiro trimestre fiscal de 2018 - seu exercício anual começa em outubro e termina em setembro - a receita líquida nas Américas atingiu € 16,26 bilhões, o maior de todas as regiões em, que atua. Só nos Estados Unidos, foram € 11,62 bilhões, sobrando € 4,63 bilhões para os outros países. Segundo Clark, Brasil e Canadá "brigam" para serem os protagonistas desse restante.

Do resultado no país, cerca de 20% é gerado por exportações. O Brasil se tornou um polo tão importante para a Siemens que o conglomerado assinou um memorando de entendimentos com a Apex, agência de fomento a exportação e investimentos com participação do governo brasileiro e da iniciativa privada, para investir € 1 bilhão no país durante cinco anos.

"O investidor quer alocar recursos aqui, mas precisa muitas vezes de uma grande empresa que conheça o Brasil e traga a credibilidade necessária para ser parceira. A Siemens pode fazer isso", diz Clark.

O executivo participa a partir de hoje do Siemens Fórum no Rio de Janeiro, um evento que servirá para não só a Siemens mostrar o que já faz, mas também colher impressões de outras iniciativas de transição energética e revolução digital. O presidente do conglomerado no Brasil acredita que o Rio é o melhor palco para essa discussão principalmente por conta de sua importância nas questões ambientais.

"A cidade já recebeu eventos como a Rio 92, a Rio+20, e vemos o Rio como a cidade da transformação energética no país", diz. "Até por isso muito dos nossos investimentos no Brasil se concentram no Rio, como o do Açúcar."

Além disso, grande parte da transição energética do país está acontecendo na capital carioca. "É onde está o pré-sal, onde ocorrem os investimentos. E é a cidade da economia criativa", avalia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Redução no endividamento da Light fica para 2019

A Light espera reduzir de forma consistente o seu nível de endividamento a partir de 2019. Segundo o diretor de Finanças da companhia, Roberto Barroso, neste ano, a alavancagem da companhia continuará "andando de lado".

A empresa fechou o segundo trimestre com relação dívida líquida/Ebitda de 3,32 vezes, acima dos 3,21 vezes observados nos primeiros três meses do ano, mas ainda abaixo do limite superior negociado com bancos credores, para efeito de covenants, de 3,75 vezes.

Questionado ontem por um analista sobre a possibilidade de um aumento de capital na distribuidora, o executivo sinalizou que não trabalha com essa hipótese. "Um eventual aumento de capital reduziria a alavancagem da companhia de forma mais rápida. Mas acreditamos que, de forma orgânica, conseguimos desalavancar em longo prazo", afirmou Barroso, em teleconferência.

O otimismo do executivo para o próximo ano vem de um sinal de retomada da economia na área de concessão da empresa. O mercado da Light no segundo trimestre, de 7.160 gigawatts-hora (GWh), cresceu 4,9% em relação a igual período do ano passado, porém ainda é 0,4% menor em relação ao segundo trimestre de 2016.

O endividamento se tornou um dos maiores problemas recentes da Light, junto com o furto de energia. As perdas não-técnicas (furto e fraude) no segundo trimestre (6.077 GWh) cresceram 10,3% em relação a igual período de 2017. Na comparação com a carga, as perdas por furtos chegaram a 43,36% do total, ante 37,67% em igual período de 2017.

A Light teve piora até nas perdas por furto nas chamadas "áreas possíveis", regiões da área de concessão da Light nas quais há "condições mínimas de segurança" para a operação. Nessas localidades, as perdas não-técnicas fecharam o trimestre em 3.226 GWh, 16% da carga fio, mesmo percentual do primeiro trimestre deste ano, e acima dos 14,6% registrado em igual período do ano passado.

As perdas totais de energia elétrica apuradas pela Light subiram 4,9% no segundo trimestre do ano em relação a igual intervalo do ano passado, para 8.392 GWh, ou 22,98% da carga total da companhia. Ao fim de junho do ano passado, a relação entre as perdas e a carga havia sido de 21,75%.

Com relação à Renova Energia, empresa de energias renováveis da qual a Light possui 15,68%, Paroli contou que a empresa recebeu três propostas de compra para o complexo eólico Alto Sertão III, na Bahia. O parque estava sendo negociado com a Brookfield. Em maio, a canadense desistiu do negócio. "Tivemos revés na nossa tentativa de venda. Agora temos três propostas de compra para o parque."

No segundo trimestre, a Light reportou prejuízo líquido de R\$ 25 milhões, queda de 50,1% em relação ao observado de abril a junho de 2017, de R\$ 51 milhões.

Um ponto positivo do resultado, destacado pelo diretor-presidente da companhia, Luiz Fernando Paroli, foi o recente acordo firmado com a Supervia sobre uma disputa judicial relativa a uma dívida de R\$ 38 milhões, de 2016. Pelo acordo, a Light receberá R\$ 163 milhões em 70 meses. "Era um problema que existia de longa data e conseguimos equacionar", celebrou Paroli, durante a teleconferência.

O acordo, porém, não fez com que a Supervia desistisse de buscar o reequilíbrio da concessão. "Temos uma negociação em aberto com o Estado. Temos expectativa muito positiva de endereçar este assunto que garanta à Supervia o reequilíbrio do contrato", disse o presidente da concessionária de transporte ferroviário do Rio de Janeiro, José Carlos Prober, em entrevista ao **Valor**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires e Hugo Passarelli | De São Paulo

Título: Tabela para frete custará R\$ 1 bilhão a siderúrgicas

A indústria brasileira do aço perdeu R\$ 1,8 bilhão em decorrência da greve dos caminhoneiros em maio e junho. Além disso, o tabelamento dos fretes decorrente da paralisação da categoria terá um reflexo anual de mais de R\$ 1,1

bilhão no setor. As estimativas são do presidente da siderúrgica Usiminas, Sergio Leite, que participou ontem do 6º Fórum Lide de Infraestrutura, Logística e Mobilidade, em São Paulo.

"Tivemos 16 altos-fornos abafados, dez aciarias paralisadas, 15 laminações paralisadas, dentre tantos outros afetados", afirmou Leite, referindo-se à indústria como um todo.

"Essa crise [decorrente da greve] ficará marcada na nossa história, teve impacto muito grande em todos os segmentos da nossa sociedade, na produção, nos estoques, na indústria da construção. Afetou fortemente a confiança dos consumidores, dos empresários e toda a sociedade brasileira", disse Leite.

A consequência foi um reflexo de "perda geral" na economia. A perspectiva, disse Leite, é de que haja um aumento de 12% no custo da cesta básica, queda nas vendas da indústria no patamar de 10% e aumento de frete envolvendo a indústria do Estado de São Paulo no valor de R\$ 3,3 bilhões.

A greve já refletiu no balanço da Usiminas do segundo trimestre, que registrou queda de 1,3% das vendas de aço ante o mesmo período do ano passado, para 977 mil toneladas. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) recuou 30,1% no período, para R\$ 496,7 milhões, prejudicando a rentabilidade da siderúrgica. Além disso, os estoques da Usiminas aumentaram, onerando o capital de giro em R\$ 659 milhões adicionais - 80% disso só por conta da greve.

Ao falar sobre o tabelamento do frete, que se tornou lei, Leite afirmou que há "reflexões que terão de ser tratadas no nível do Supremo". Questionado se enxerga possibilidade de revogação da medida, disse ser "delicado" o governo voltar atrás e reiterou: "Cabe ao Supremo julgar a constitucionalidade."

Mas o executivo criticou o fato de a tabela ter sido publicada "sem uma análise de impacto regulatório" e tendo como parâmetro um modelo único de veículo, "sem diferenciação de veículos, dos modelos de contratação e das particularidades regionais".

Leite também defendeu que a tabela dos fretes rodoviários seja referencial, e não vinculativa, e use como modelo de cálculo o Custo Unitário Básico (CUB), usado na construção civil.

O executivo ainda defendeu que o próximo governo trabalhe para acelerar o crescimento do Brasil. "Precisamos crescer no mínimo 3% ao ano e essa greve impactou a perspectiva para este ano. Na minha visão, vamos crescer perto de 1%", disse. **(Colaborou Renato Rostás)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Bradespar e Litel ganham novo prazo na disputa com Elétron**

A Bradespar e a Litel, sócios-controladores da Vale, conseguiram ontem prorrogar até 21 de agosto o prazo para depositar em juízo cerca de R\$ 4,8 bilhões à Elétron, veículo do Opportunity, de Daniel Dantas, na mineradora. É a segunda prorrogação de prazo acertada de comum acordo entre as partes em menos de uma semana. O prazo original para pagamento era dia 9 deste mês, mas essa data terminou postergada para ontem e agora para a próxima terça-feira.

Enquanto ganham tempo, Bradespar e Litel continuam a negociar com a Elétron. Segundo fontes, estão se buscando alternativas para resolver o impasse que podem incluir outras formas de pagamento não necessariamente em dinheiro.

Entre as opções, estariam a venda da Elétron para a Bradespar e Litel ou ainda o pagamento em ações de Vale. Segundo fontes, mesmo que Bradespar e Litel façam o depósito dos R\$ 4,8 bilhões em juízo, a Elétron não irá sacar os recursos uma vez que será preciso esperar o término das ações judiciais sobre o caso. Se sacasse os valores, a Elétron correria o risco de ter que devolver caso sofra algum revés na Justiça. A Elétron confirmou esse cenário: "Na hipótese de Litel e Bradespar depositarem os valores em juízo, a Elétron não tem a intenção de realizar o levantamento dos valores antes do julgamento dos recursos ainda pendentes", informou a Elétron em nota.

Mas mesmo que façam o depósito em juízo, Bradespar e Litel vão continuar discutindo o caso na Justiça. Um dos pontos que ambas as empresas questionam é o laudo pericial que fixou o valor do pagamento à Elétron em mais de R\$ 4 bilhões. Esse montante agora chega a R\$ 4,8 bilhões pois está atualizado por correção monetária. Os valores referem-se à uma indenização requerida pela Elétron por não ter conseguido exercer uma opção de compra de 37,5 milhões de ações da extinta Valepar, a holding que controlava a Vale. A discussão se arrasta há mais de dez anos sem solução, mas na avaliação de pessoas próximas ao caso estão cada vez mais estreitos os caminhos para recursos na Justiça por parte de Bradespar e Litel. Este ano as duas empresas fizeram provisões em seus balanços já prevendo o pagamento à Elétron.

O advogado Sergio Bermudes, que representa a Bradespar no caso, disse que será preciso esperar o dia 21, quando o pagamento poderá ser feito ou então seu cliente poderá oferecer bens em penhora. Bermudes disse, porém, que a

Bradespar poderá tentar impugnar a execução alegando erro no cálculo do laudo pericial que fixou a indenização à Elétron em montante superior a R\$ 4 bilhões. Uma fonte disse que, mesmo que o depósito ocorra, o "jogo não terá terminado". Entre os pontos questionados por Bradespar e Litel, estão o fato de o laudo pericial ter usado um prêmio de controle muito elevado para se chegar aos R\$ 4 bilhões. Também questionam que seria preciso aplicar um "desconto" sobre as ações de Valepar em função dessa figura jurídica ser uma holding com pouca liquidez.

Em nota, a Elétron afirmou: "Bradespar e Litel alegam no judiciário que estão sujeitas a um perigo iminente por conta do procedimento, mas estão em mora há mais de 20 anos no cumprimento das obrigações contratadas perante a Elétron." A Bradespar já emitiu R\$ 2,4 bilhões em notas promissórias para fazer frente ao depósito em juízo no caso Elétron. Esse valor representa a metade dos compromissos com a empresa do Opportunity. Parcela equivalente terá que ser aportada por Litel, mas os fundos de pensão estatais reunidos nessa holding pretendem cobrar a sua parte na fatura da própria Bradespar.

A Elétron disse ainda que busca o seu "direito de concretização da opção de compra das ações da Valepar, contratada em abril de 1997", na privatização da Vale.

MME / ASCOM .